



CÓD: OP-015DZ-23
7908403545773

SOBRADINHO-BA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DO ESTADO DA BAHIA**

Auxiliar de Disciplina

EDITAL Nº 01/2023

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos verbais e não verbais	5
2. Funções da linguagem.	5
3. Processos de construção sintática: regência, concordância.	6
4. Valores semânticos da coordenação e subordinação.	9
5. Sistema ortográfico vigente: grafia adequada das palavras no contexto.....	13
6. regras de acentuação gráfica.	14
7. Figuras de linguagem.	14
8. Frases na voz ativa, passiva e reflexiva.	18

Matemática

1. Resolução de situações problema envolvendo as quatro operações (adição, subtração, multiplicação, divisão) com números racionais.....	25
2. Noções de proporcionalidade: razão, proporção.....	28
3. regra de três simples e composta	29
4. divisão proporcional.	31
5. Conhecimentos sobre porcentagem e juros simples.	33
6. Leitura e interpretação de tabelas e gráficos.	38
7. Múltiplos e divisores.	40
8. Equação do primeiro grau e sistemas do primeiro grau. Equação do segundo grau.	42
9. Grandezas e Medidas (comprimento, massa, capacidade, tempo, volume, densidade e velocidade).....	47

Informática Básica

1. Sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior: configurações básicas do sistema operacional (painel de controle).....	51
2. Organização de pastas e arquivos. Operações de manipulação de pastas e arquivos (copiar, mover, excluir e renomear). Gerenciador de tarefas.....	53
3. Editor de textos Microsoft Word 2016 ou superior: criação, edição, formatação e impressão. Criação e manipulação de tabelas. Inserção e formatação de gráficos e figuras. Geração de mala direta. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 ou superior: criação, edição, formatação e impressão. Utilização de fórmulas. Geração de gráficos. Classificação e organização de dados.	56
4. Internet: navegação e busca de documentos. Principais navegadores.....	61
5. Arquivos compactados: objetivos e formatos. Ferramentas de compactação.	66

Conhecimentos Específicos

Auxiliar de Disciplina

1. ECA e suas atualizações	71
2. LDB e suas atualizações	107
3. Atribuições do cargo Auxiliar de disciplina	124
4. Estrutura Funcional da Escola	124
5. A escola e a comunidade	126
6. Violência	138
7. Ética	140
8. Disciplina	145
9. Consciência e liberdade	150
10. Senso comum e bom senso	151
11. Responsabilidade. Dever e liberdade	151
12. LBI e suas atualizações	152

que é preciso adaptar-se às novas transformações, considerando-as como novos processos que necessitam ser imbuídos na vida pessoal e social:

Homens e mulheres modernos precisam aprender a aspirar à mudança: não apenas estar aptos a mudanças em sua vida pessoal e social, mas ir efetivamente em busca das mudanças, procurá-las de maneira ativa, levando-as adiante. Precisam aprender a não lamentar com muita nostalgia as “relações fixas, imobilizadas” de um passado real ou de fantasia, mas a se deliciar na mobilidade, a se empenhar na renovação, a olhar sempre na direção de futuros desenvolvimentos em suas condições de vida e em suas relações com outros seres humanos.

Referindo-se aos modos de trabalho, o ser humano busca o progresso, sendo visualizado como um caminho sem fim, que deve ser alcançado constantemente, através do esforço do homem. Para o alcance do progresso, novos valores passam a permear as relações de trabalho: a competição e a individualização que concorrem, simultaneamente, para o alcance deste progresso. Todos esses processos mudam o modo de vida humana, sendo que cada indivíduo é responsável por encontrar meios para o alcance de melhores condições de vida.

Bauman destaca: [...] *são homens e mulheres individuais que às suas próprias custas deverão usar, individualmente, seu próprio juízo, recursos e indústria para elevar-se a uma condição mais satisfatória e deixar para trás qualquer aspecto de sua condição presente de que se ressintam.*

O trabalho, na modernidade sólida, era considerado uma virtude, sendo fundamental para a vida nos tempos modernos para alcançar status. Capital e trabalho eram interdependentes. Os trabalhadores dependiam do emprego para sobreviver e o capital dependia dos trabalhadores para seu crescimento. Com o trabalho, o trabalhador comandava seu próprio destino. Como o modelo fordista, o trabalhador iniciava sua carreira em uma empresa e lá permanecia, ficando “preso” em seu lugar, impedindo a sua mobilidade. Porém, na contemporaneidade, o trabalho não é mais um projeto de vida, uma base sólida, mas um significado de satisfação, assim como, não significa estabilidade, como nos tempos passados. “Neste mundo, estabilidade significa tão somente entropia, morte lenta, uma vez que nosso sentido de progresso e crescimento é o único meio que dispomos para saber, com certeza, que estamos vivos”.

Da Era Industrial passa-se à Era do Acesso, sendo que, nesta, máquinas inteligentes, na forma de programas de computador, da robótica, da biotecnologia, substituíram rapidamente a mão-de-obra humana na agricultura, nas manufaturas e nos setores de serviços. Segundo a lógica reinante do mundo globalizado, comandado pelas linhas mestras da tecnologia, uma multidão de seres humanos encontra-se sem razão para viver neste mundo. A ideologia de sustentação da economia do mercado é excludente e busca eliminar quem não entra e consegue seguir seus parâmetros. Deve-se executar o ofício de separar e eliminar o refugio, o descartável. Tudo se estrutura a partir do privilégio e do padrão de vida e consumo.

Assim, mudar de emprego tornou-se algo comum, reafirmando o conceito de transitoriedade e flexibilidade que marcam a denominada modernidade líquida. “A vida de trabalho está saturada de incertezas”. As incertezas são marcadas pelo descontrole e desconhecimento das situações. Não há, neste tempo, segurança em relação ao trabalho, no sentido de permanecer nele a vida toda.

Os conceitos de emancipação e individualidade ganham um peso maior nesta sociedade, sendo que o coletivo e a comunidade passam a ser conceitos abstratos, aquilo que vem depois das escolhas individuais. A solidariedade é um valor que não possui mais fundamento. O indivíduo é capaz de decidir sobre as ações e fins.

Cabe ao indivíduo descobrir o que é capaz de fazer, esticar essa capacidade ao máximo e escolher os fins a que essa capacidade poderia melhor servir - isto é, com a máxima satisfação concebível.

Nesse sentido, nada está pronto e acabado. As oportunidades são infinitas ao indivíduo e sua liberdade de escolha favorece um estado de ansiedade e incertezas.

O sentimento de felicidade está, em muitos casos, ligado a situações de consumo. “O consumo é um investimento em tudo que serve para o ‘valor social’ e a autoestima do indivíduo”. Neste sentido, o consumismo passa a ser algo de desejo imediato. Consume-se mais e, geralmente, para satisfazer desejos instantâneos e individuais. A sociedade do consumo privilegia não só aquisição de bens e produtos, mas a busca incessante de novas receitas para uma vida melhor; novos exemplos, novas habilidades, novas competências em detrimento daquilo que ainda o indivíduo não é, para aparentar uma imagem, mostrar aos outros aquilo que não é, para agradá-los ou como um modo de atrair atenção. O consumo não é mais caracterizado como a satisfação das necessidades, mas serve para satisfazer os desejos insaciáveis. As necessidades são sólidas, inflexíveis, já o desejo é marcado pela fluidez, são flexíveis, mutáveis e podem ser substituídos.

Desse modo, estar na sociedade de consumidores requer estar adaptado aos novos padrões do mercado. Consumir é estar de acordo com aquilo que o mercado impõe como símbolo de comodidade, de autoafirmação, de conforto, de emancipação dos indivíduos.

Bauman acrescenta a esses aspectos outros fatores que auxiliam a compreender a configuração da nova sociedade. Ressalta que a comunidade como defensora do direito à vida decente transformou este projeto em promover o mercado como garantia de auto enriquecimento, gerando maiores sofrimentos entre aqueles que não podem consumir como o mercado demanda. Ele completa essa ideia, enfatizando que, na sociedade pós-moderna nenhum emprego é garantido, nenhuma posição é segura. Além disso, ressalta:

Em sua versão presente, os direitos humanos não trazem consigo a aquisição do direito a um emprego, por mais que bem desempenhado, ou - de um modo mais geral - o direito ao cuidado e à consideração por causa de méritos passados. Meio de vida, posição social, reconhecimento da utilidade e merecimento da autoestima podem todos desvanecer-se simultaneamente da noite para o dia e sem se perceber.

Bauman⁷ enfatiza que as relações entre as pessoas também se dão de forma diferente, dependendo da situação econômica das mesmas, do usufruto de bens e da posição de conforto que possuem. Noutras palavras, dependendo da posição que se ocupa, as pessoas são consideradas como “estranhos”, pois não ocupam a mesma posição social e servem apenas para oferecer serviços e bens para o consumo, conforme afirma

Para alguns moradores da cidade moderna, seguros em suas casas à prova de ladrões em bairros bem arborizados, em escritórios fortificados no mundo dos negócios fortemente policiado, e nos carros cobertos de engenhocas de segurança para levá-los das casas para os escritórios e de volta, o “estranho” é tão agradável quanto a praia da rebencação [...]. Os estranhos dirigem restaurantes, prome-

⁷ BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

disso, o conhecimento era um produto duradouro e a qualidade da escola era medida pela transmissão deste conhecimento de valor adaptado ao mundo sólido. As pessoas se ajustavam ao mundo pela educação, entendendo que este mundo era imutável e consideravelmente manipulável. O professor detinha o poder de transmitir o conhecimento ao aluno, compreendendo este conhecimento como justo e confiável.

Para *Pourtois e Desmet*⁸, a escola contemporânea continua a repetir os princípios defendidos pela escola moderna, na qual enfatizava o modelo de que o aluno deveria aprender as regras da vida em sociedade e o pensamento racional, sendo disciplinado por meio de recompensas ou castigos, sendo que a personalidade individual deve ser ocultada atrás da moral do dever. Para esses autores, a pedagogia moderna ainda está fortemente enraizada nas práticas escolares.

Na passagem da modernidade sólida para a líquida, de acordo com a visão de sociedade de Bauman, a escola assume outras características, sendo que a ordem social, sólida e imutável não é mais aceita na chamada modernidade líquida. O mundo é diferente daquele em que a escola estava preparada para formar os alunos. “Em tais circunstâncias, preparar para toda a vida, essa invariável e perene tarefa da educação na modernidade sólida, vai adquirir um novo significado diante das atuais circunstâncias sociais.” O conhecimento não será mais considerado como um produto conservado, pronto e acabado para toda a vida, assumindo, muito mais um caráter inconcluso, podendo ser substituível. O conhecimento passa a ter o objetivo de oferecer eficiência, criatividade, competitividade, habilidades básicas para o mundo do trabalho. Em síntese, o conhecimento se transforma em informação que logo será substituída, por considerar que rapidamente estará ultrapassado.

A escola então, transmissora deste conhecimento, passa agora a não ser a detentora do saber, pois as novas tecnologias oferecem as informações em um rápido espaço de tempo, no qual todos têm acesso ao “conhecimento”. Os professores perdem a autoridade sobre o domínio exclusivo dos saberes. A nova dinâmica do mercado passa a ter autoridade, decidindo sobre as formações de opiniões, verificação de valores, definindo o que é bom ou mal, belo ou feio, verdadeiro ou falso. Os alunos passam a dar atenção àqueles que oferecem várias possibilidades de experiência, prazer e proveito (geralmente a mídia - televisão, internet), os seduzindo para a arte de saber viver. O professor, desse modo, não é mais aquele conselheiro que orientava os alunos a seguirem, de modo seguro, sua vida, através de seus estudos e saberes. Nesse sentido, *a não mais inquestionável autoridade do professor em orientar a lógica da aprendizagem compete, [...], com as sedutoras e muito mais atraentes mensagens das celebridades, sejam jogadores de futebol, artistas, frequentadores de reality shows ou políticos oportunistas.*

Diante de todos esses desafios, *Almeida*⁹ enfatiza que, ao mesmo tempo em que Bauman apresenta tais aspectos, o próprio autor também oportuniza uma solução para a escola poder enfrentá-los, destacando o poder da escola de facilitar a socialização entre os indivíduos e de promover uma sensibilização acerca do mundo atual e conscientizar para a busca de novas formas de relações em suprimento das relações individualistas. Almeida afirma:

[...] além de promover a socialização, ou seja, preparar as pessoas para o mundo cambiável em que vivemos, a individualização pressuposta nos mecanismos educacionais, ao mesmo tempo em que evita decretar o que é certo ou verdadeiro e provocar sua ma-

8 POURTOIS, Jean-Pierre; DESMET, Huguette. *A Educação pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1999.

9 ALMEIDA, Felipe Quintão de; BRACHT, Valter; GOMES, Ivan Marcelo. *Bauman e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

nifestação, consiste no exercício de “agitar” os estudantes e incitar-lhes a dúvida sobre a imagem que têm de si e da sociedade em que estão inseridos e, nesse movimento, desafiar o consenso pre-valecente. Os professores seriam, assim, intelectuais que ajudam a assegurar que a consciência moral de cada geração seja diferente da geração anterior.

A escola, articulada como uma instituição, em harmonia com a preparação de indivíduos adequados a habitar um mundo ordenado, não se configura nos tempos atuais. Configura-se hoje como um espaço destinado a dar oportunidades iguais a todos, inclusive às minorias e aos excluídos, sendo um ambiente no qual se recebe uma pluralidade de culturas e valores de uma mesma sociedade, respeitando diferenças e enfatizando os princípios de solidariedade.

Nesse enredo, *Gadotti*¹⁰ enfatiza que esta época de rápidas transformações acaba por demandar uma nova configuração da educação na busca de um melhor desempenho do sistema escolar:

Neste começo de um novo milênio, a educação apresenta-se numa dupla encruzilhada: de um lado, o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da universalização da educação básica de qualidade; de outro, as novas matrizes teóricas não apresentam ainda a consistência global necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações.

Para esse propósito, é necessário que a escola fortaleça seu projeto educativo, relacionando-o com o contexto social e suas características, sendo este um princípio da educação contemporânea, no mesmo modo que esta educação possa sempre superar os limites impostos pelo mercado, buscando a transformação social.

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social.

Nesse sentido, a educação, na era contemporânea, deve apropriar-se das informações e refletir sobre elas. O contexto deve ser de um agir comunicacional, ou seja, comunicação intersubjetiva em que os outros constituem uma forma de mediação entre saberes existentes e os saberes de base do sujeito. O ato educativo deve ter sentido no contexto social atual e deixar transparecer seus objetivos.

Além disso, com as novas configurações da sociedade, a escola passou a aceitar todas as visões de mundo que chegam até ela, sem desconsiderar os direitos de propriedade das mais diversas comunidades. Na modernidade, a construção da ordem era estabelecida pelos intelectuais, ou seja, professores e teóricos educacionais detinham a função de “legislar acerca do modo correto de separar a verdade da inverdade das culturas [...]”. Atualmente, a escola enfrenta o desafio de aceitar a multiplicidade de culturas e verdades que perpassam os saberes escolares, pois a verdade do conhecimento torna-se questionável nesse novo contexto.

Almeida, parafraseando *Bauman*, destaca esta nova configuração da escola em detrimento de um espaço multicultural que aposta na pluralidade de culturas, no intuito de compreendê-las, fortalecê-las e relacioná-las com outras culturas, assinalando-as como parte de um diálogo que enriquece os saberes educativos:

Diante dos inúmeras “textos” que escrevem o mundo, a arte da conversação civilizada é algo que o espaço da escola necessita de maneira urgente. Dialogar com as distintas tradições que chegam

10 GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. São Paulo Perspec]. 2000..

Educação Internacionalizada

No início da segunda metade deste século, educadores e políticos imaginaram uma educação internacionalizada, confiada a uma grande organização, a Unesco. Os países altamente desenvolvidos já haviam universalizado o ensino fundamental e eliminado o analfabetismo. Os sistemas nacionais de educação trouxeram um grande impulso, desde o século passado, possibilitando numerosos planos de educação, que diminuíram custos e elevaram os benefícios. A tese de uma educação internacional já existia desde 1899, quando foi fundado, em Bruxelas, o Bureau Internacional de Novas Escolas, por iniciativa do educador Adolphe Ferrière. Como resultado, tem-se hoje uma grande uniformidade nos sistemas de ensino. Pode-se dizer que hoje todos os sistemas educacionais contam com uma estrutura básica muito parecida. No final do século XX, o fenômeno da globalização deu novo impulso à ideia de uma educação igual para todos, agora não como princípio de justiça social, mas apenas como parâmetro curricular comum.

Novas Tecnologias

As consequências da evolução das novas tecnologias, centradas na comunicação de massa, na difusão do conhecimento, ainda não se fizeram sentir plenamente no ensino - como previra McLuhan já em 1969 -, pelo menos na maioria das nações, mas a aprendizagem a distância, sobretudo a baseada na Internet, parece ter sido a grande novidade educacional nos últimos tempos. A educação opera com a linguagem escrita e a nossa cultura atual dominante vive impregnada por uma nova linguagem, a da televisão e a da informática, particularmente a linguagem da Internet. A cultura do papel representa talvez o maior obstáculo ao uso intensivo da Internet, em particular da educação a distância com base na Internet. Por isso, os jovens que ainda não internalizaram inteiramente essa cultura adaptam-se com mais facilidade do que os adultos ao uso do computador. Eles já estão nascendo com essa nova cultura, a cultura digital.

Os sistemas educacionais ainda não conseguiram avaliar suficientemente o impacto da comunicação audiovisual e da informática, seja para informar, seja para bitolar ou controlar as mentes. Ainda se trabalha muito com recursos tradicionais que não têm apelo para as crianças e jovens. Os que defendem a informatização da educação sustentam que é preciso mudar profundamente os métodos de ensino para reservar ao cérebro humano o que lhe é peculiar, a capacidade de pensar, em vez de desenvolver a memória. Para ele, a função da escola será, cada vez mais, a de ensinar a pensar criticamente. Para isso é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive a linguagem eletrônica.

Paradigmas Holonômicos

Entre as novas teorias surgidas nesses últimos anos, despertaram interesse dos educadores os chamados paradigmas holonômicos, ainda pouco consistentes. Complexidade e holismo são palavras cada vez mais ouvidas nos debates educacionais. Nesta perspectiva, pode-se incluir as reflexões de Edgar Morin, que critica a razão produtivista e a racionalização modernas, propondo uma lógica do vivente. Esses paradigmas sustentam um princípio unificador do saber, do conhecimento, em torno do ser humano, valorizando o seu cotidiano, o seu vivido, o pessoal, a singularidade, o entorno, o acaso e outras categorias como: decisão, projeto, ruído, ambiguidade, finitude, escolha, síntese, vínculo e totalidade.

Essas seriam algumas das categorias dos paradigmas chamados holonômicos. Etimologicamente, holos, em grego, significa todo e os novos paradigmas procuram centrar-se na totalidade. Mais do

que a ideologia, seria a utopia que teria essa força para resgatar a totalidade do real, totalidade perdida. Para os defensores desses novos paradigmas, os paradigmas clássicos - identificados no positivismo e no marxismo - seriam marcados pela ideologia e lidariam com categorias redutoras da totalidade. Ao contrário, os paradigmas holonômicos pretendem restaurar a totalidade do sujeito, valorizando a sua iniciativa e a sua criatividade, valorizando o micro, a complementaridade, a convergência e a complexidade. Para eles, os paradigmas clássicos sustentam o sonho milenarista de uma sociedade plena, sem arestas, em que nada perturbaria um consenso sem fricções. Ao aceitar como fundamento da educação uma antropologia que concebe o homem como um ser essencialmente contraditorial, os paradigmas holonômicos pretendem manter, sem pretender superar, todos os elementos da complexidade da vida.

Os holistas sustentam que o imaginário e a utopia são os grandes fatores instituintes da sociedade e recusam uma ordem que aniquila o desejo, a paixão, o olhar e a escuta. Os enfoques clássicos, segundo eles, banalizam essas dimensões da vida porque sobervalorizam o macroestrutural, o sistema, em que tudo é função ou efeito das superestruturas socioeconômicas ou epistêmicas, linguísticas e psíquicas. Para os novos paradigmas, a história é essencialmente possibilidade, em que o que vale é o imaginário (Gilbert Durand, Cornelius Castoriadis), o projeto. Existem tantos mundos quanto nossa capacidade de imaginar. Para eles, “a imaginação está no poder”, como queriam os estudantes em maio de 1968.

Na verdade, essas categorias não são novas na teoria da educação, mas hoje são lidas e analisadas com mais simpatia do que no passado. Sob diversas formas e com diferentes significados, essas categorias são encontradas em muitos intelectuais, filósofos e educadores, de ontem e de hoje: o “sentido do outro”, a “curiosidade” (Paulo Freire), a “tolerância” (Karl Jaspers), a “estrutura de acolhida” (Paul Ricoeur), o “diálogo” (Martin Buber), a “autogestão” (Celestin Freinet, Michel Lobrot), a “desordem” (Edgar Morin), a “ação comunicativa”, o “mundo vivido” (Jürgen Habermas), a “radicalidade” (Agnes Heller), a “empatia” (Carl Rogers), a “questão de gênero” (Moema Viezzer, Nelly Stromquist), o “cuidado” (Leonardo Boff), a “esperança” (Ernest Bloch), a “alegria” (Georges Snyders), a unidade do homem contra as “unidimensionalizações” (Herbert Marcuse), etc.

Evidentemente, nem todos esses autores aceitariam enquadrar-se nos paradigmas holonômicos. Todas as classificações e tipologias, no campo das ideias, são necessariamente reducionistas. Não se pode negar as divergências existentes entre eles. Contudo, as categorias apontadas anteriormente indicam uma certa tendência, ou melhor, uma perspectiva da educação. Os que sustentam os paradigmas holonômicos procuram buscar na unidade dos contrários e na cultura contemporânea um sinal dos tempos, uma direção do futuro, que eles chamam de pedagogia da unidade.

Educação Popular

O paradigma da educação popular, inspirado originalmente no trabalho de Paulo Freire nos anos 60, encontrava na conscientização sua categoria fundamental. A prática e a reflexão sobre a prática levaram a incorporar outra categoria não menos importante: a da organização. Afinal, não basta estar consciente, é preciso organizar-se para poder transformar. Nos últimos anos, os educadores que permaneceram fiéis aos princípios da educação popular atuaram principalmente em duas direções: na educação pública popular - no espaço conquistado no interior do Estado -; e na educação popular comunitária e na educação ambiental ou sustentável, predominan-

ção da informação e do conhecimento, portanto, menos distorção e menos manipulação, menos controle e mais liberdade. É uma questão de tempo, de políticas públicas adequadas e de iniciativa da sociedade. A tecnologia não basta. É preciso a participação mais intensa e organizada da sociedade. O acesso à informação não é apenas um direito. É um direito fundamental, um direito primário, o primeiro de todos os direitos, pois sem ele não se tem acesso aos outros direitos.

Na formação continuada necessita-se de maior integração entre os espaços sociais (domiciliar, escolar, empresarial, etc.), visando equipar o aluno para viver melhor na sociedade do conhecimento. Como previa Herbert McLuhan, o planeta tornou-se a nossa sala de aula e o nosso endereço. O ciberespaço não está em lugar nenhum, pois está em todo o lugar o tempo todo. Estar num lugar significaria estar determinado pelo tempo (hoje, ontem, amanhã). No ciberespaço, a informação está sempre e permanentemente presente e em renovação constante. O ciberespaço rompeu com a ideia de tempo próprio para a aprendizagem. Não há tempo e espaço próprios para a aprendizagem. Como ele está todo o tempo em todo lugar, o espaço da aprendizagem é aqui - em qualquer lugar - e o tempo de aprender é hoje e sempre. A sociedade do conhecimento se traduz por redes, “teias” (Ivan Illich), “árvores do conhecimento” (Humberto Maturana), sem hierarquias, em unidades dinâmicas e criativas, favorecendo a conectividade, o intercâmbio, consultas entre instituições e pessoas, articulação, contatos e vínculos, interatividade. A conectividade é a principal característica da Internet.

O conhecimento é o grande capital da humanidade. Não é apenas o capital da transnacional que precisa dele para a inovação tecnológica. Ele é básico para a sobrevivência de todos e, por isso, não deve ser vendido ou comprado, mas sim disponibilizado a todos. Esta é a função de instituições que se dedicam ao conhecimento apoiado nos avanços tecnológicos. Espera-se que a educação do futuro seja mais democrática, menos excludente. Essa é ao mesmo tempo nossa causa e nosso desafio. Infelizmente, diante da falta de políticas públicas no setor, acabaram surgindo “indústrias do conhecimento”, prejudicando uma possível visão humanista, tornando-o instrumento de lucro e de poder econômico.

A educação, em particular a educação a distância, é um bem coletivo e, por isso, não deve ser regulada pelo jogo do mercado, nem pelos interesses políticos ou pelo furor legiferante de regulamentar, credenciar, autorizar, reconhecer, avaliar, etc. de muitos tecnoburocratas. Quem deve decidir sobre a qualidade dos seus certificados não é nem o Estado e nem o mercado, mas sim a sociedade e o sujeito aprendiz. Na era da informação generalizada, existirá ainda necessidade de diplomas?

O que cabe à escola na sociedade informacional? Cabe a ela organizar um movimento global de renovação cultural, aproveitando-se de toda essa riqueza de informações. Hoje é a empresa que está assumindo esse papel inovador. A escola não pode ficar a reboque das inovações tecnológicas. Ela precisa ser um centro de inovação. Temos uma tradição de dar pouca importância à educação tecnológica, a qual deveria começar já na educação infantil.

Na sociedade da informação, a escola deve servir de bússola para navegar nesse mar do conhecimento, superando a visão utilitarista de só oferecer informações “úteis” para a competitividade, para obter resultados. Deve oferecer uma formação geral na direção de uma educação integral. O que significa servir de bússola? Significa orientar criticamente, sobretudo as crianças e jovens, na busca de uma informação que os faça crescer e não embrutecer.

Hoje vale tudo para aprender. Isso vai além da “reciclagem” e da atualização de conhecimentos e muito mais além da “assimilação” de conhecimentos. A sociedade do conhecimento possui múltiplas oportunidades de aprendizagem: parcerias entre o público e o privado (família, empresa, associações, etc.); avaliações permanentes; debate público; autonomia da escola; generalização da inovação. As consequências para a escola e para a educação em geral são enormes: ensinar a pensar; saber comunicar-se; saber pesquisar; ter raciocínio lógico; fazer sínteses e elaborações teóricas; saber organizar o seu próprio trabalho; ter disciplina para o trabalho; ser independente e autônomo; saber articular o conhecimento com a prática; ser aprendiz autônomo e a distância.

Neste contexto de impregnação do conhecimento, cabe à escola: amar o conhecimento como espaço de realização humana, de alegria e de contentamento cultural; selecionar e rever criticamente a informação; formular hipóteses; ser criativa e inventiva (inovar); ser provocadora de mensagens e não pura receptora; produzir, construir e reconstruir conhecimento elaborado. E mais: numa perspectiva emancipadora da educação, a escola tem que fazer tudo isso em favor dos excluídos, não discriminando o pobre. Ela não pode distribuir poder, mas pode construir e reconstruir conhecimentos, saber, que é poder. Numa perspectiva emancipadora da educação, a tecnologia contribui muito pouco para a emancipação dos excluídos se não for associada ao exercício da cidadania.

Como diz Ladislau Dowbor, a escola deixará de ser “lecionadora” para ser “gestora do conhecimento”. Segundo o autor, “pela primeira vez a educação tem a possibilidade de ser determinante sobre o desenvolvimento”. A educação tornou-se estratégica para o desenvolvimento, mas, para isso, não basta “modernizá-la”, como querem alguns. Será preciso transformá-la profundamente.

A escola precisa ter projeto, precisa de dados, precisa fazer sua própria inovação, planejar-se a médio e a longo prazos, fazer sua própria reestruturação curricular, elaborar seus parâmetros curriculares, enfim, ser cidadã. As mudanças que vêm de dentro das escolas são mais duradouras. Da sua capacidade de inovar, registrar, sistematizar a sua prática/experiência, dependerá o seu futuro. Nesse contexto, o educador é um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. Ele precisa construir conhecimento a partir do que faz e, para isso, também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos.

Em geral, temos a tendência de desvalorizar o que fazemos na escola e de buscar receitas fora dela quando é ela mesma que deveria governar-se. É dever dela ser cidadã e desenvolver na sociedade a capacidade de governar e controlar o desenvolvimento econômico e o mercado. A cidadania precisa controlar o Estado e o mercado, verdadeira alternativa ao capitalismo neoliberal e ao socialismo burocrático e autoritário. A escola precisa dar o exemplo, ousar construir o futuro. Inovar é mais importante do que reproduzir com qualidade o que existe. A matéria-prima da escola é sua visão do futuro.

A escola está desafiada a mudar a lógica da construção do conhecimento, pois a aprendizagem agora ocupa toda a nossa vida. E porque passamos todo o tempo de nossas vidas na escola - não só nós, professores - devemos ser felizes nela. A felicidade na escola não é uma questão de opção metodológica ou ideológica, mas sim uma obrigação essencial dela. Como diz Georges Snyders no livro ‘A alegria na escola, precisamos de uma nova “cultura da satisfação”, precisamos da “alegria cultural’. O mundo de hoje é “favorável à satisfação” e a escola também pode sê-lo.

d) Virtualidade: esse tema implica toda a discussão atual sobre a educação a distância e o uso dos computadores nas escolas (Internet). A informática, associada à telefonia, nos inseriu definitivamente na era da informação. Quais as consequências para a educação, para a escola, para a formação do professor e para a aprendizagem? Consequências da obsolescência do conhecimento. Como fica a escola diante da pluralidade dos meios de comunicação? Eles abrem os novos espaços da formação ou irão substituir a escola?

e) Globalização: o processo da globalização está mudando a política, a economia, a cultura, a história e, portanto, também a educação. É um tema que deve ser focado sob vários prismas. A globalização remete também ao poder local e às consequências locais da nossa dívida externa global (e dívida interna também, a ela associada). O global e o local se fundem numa nova realidade: o “global”. O estudo desta categoria remete à necessária discussão do papel dos municípios e do “regime de colaboração” entre União, estados, municípios e comunidade, nas perspectivas atuais da educação básica. Para pensar a educação do futuro, é necessário refletir sobre o processo de globalização da economia, da cultura e das comunicações.

f) Transdisciplinaridade: embora com significados distintos, certas categorias como transculturalidade, transversalidade, multiculturalidade e outras como complexidade e holismo também indicam uma nova tendência na educação que será preciso analisar. Como construir interdisciplinarmente o projeto pedagógico da escola? Como relacionar multiculturalidade e currículo? É necessário realizar o debate dos PCN. Como trabalhar com os “temas transversais”? O desafio de uma educação sem discriminação étnica, cultural, de gênero.

g) Dialogicidade, dialeticidade: não se pode negar a atualidade de certas categorias freireanas e marxistas, a validade de uma pedagogia dialógica ou da práxis. Marx, em *O capital*, privilegiou as categorias hegelianas “determinação”, “contradição”, “necessidade” e “possibilidade”. A fenomenologia hegeliana continua inspirando nossa educação e deverá atravessar os anos. A educação popular e a pedagogia da práxis deverão continuar como paradigmas válidos para o futuro que virá.

A análise dessas categorias e a identificação da sua presença na pedagogia contemporânea podem constituir-se, sem dúvida, num grande programa a ser desenvolvido hoje em torno das “perspectivas atuais da educação”. Não se pretende aqui dar respostas definitivas. Com esse pequeno texto introdutório, procurou-se apenas iniciar um debate sobre as perspectivas atuais da educação, sem a intenção de, com isso, encerrá-lo. Existem muitos outros desafios para a educação. A reflexão crítica não basta, como também não basta a prática sem a reflexão sobre ela. Aqui, são indicadas apenas algumas pistas, dentro de uma visão otimista e crítica - não pessimista e ingênua - para uma análise em profundidade daqueles que se interessam por uma “educação voltada para o futuro”, como dizia o grande educador polonês, o marxista Bogdan Suchodolski.

A integração da Escola x Família x Comunidade

Não há como pensarmos em educação sem o envolvimento da família nesse processo. Escola e família são instituições sociais muito presentes na vida escolar do aluno, de forma que só se pode pensar em sucesso educativo se pensarmos também em trabalho conjunto. Educar é sem dúvida um papel que recai sobre a família e a escola. Por isso, quanto mais estreita for essa relação, melhor será o resultado. Pais e professores têm objetivos comuns e precisam ser os mais cordiais, coerentes e responsáveis nesse processo.

Não há como conceber um compartilhamento da ação educativa sem considerar os contatos entre as famílias e os educadores. Essa é uma questão primordial que deve ser muito mais frequente na educação dos anos iniciais do que nas outras etapas, os contatos podem ser de várias naturezas: contatos rotineiros, reunião de pais, reuniões de, reuniões de conselho de escola, comemorações, trabalho do professor e informações da própria criança.

Todas as formas de contatos entre escola e família sevem para aproximar as famílias do universo escolar e para que a escola possa conhecer a dinâmica familiar daquele aluno, quanto mais à escola conhece o aluno e sua família mais próxima estarão do sucesso na educação dele.

Quando falamos na necessidade da relação entre família e escola, falamos principalmente na possibilidade de compartilhar critérios educativos para que possam minimizar as possíveis diferenças entre os dois ambientes. Para o aluno, é muito mais produtivo que os ambientes tenham ideias parecidas sobre educação. O crescimento harmonioso do aluno deve permear a colaboração entre as duas instâncias, família e escola, de forma que possa contribuir para:

Buscar meios para que a família possa criar o hábito de participar da vida escolar dos seus filhos, percebendo o quanto a família é importante no processo Ensino Aprendizagem do aluno, através de ações previstas no Projeto Político Pedagógico, propor alteração no Projeto Político Pedagógico com o intuito de melhorar o processo ensino aprendizagem, despertar as famílias, fazendo com que possam perceber a importância da participação nas atividades escolares dos filhos, promover atividades que permitam o envolvimento das famílias, criar momentos de integração entre pais, alunos e comunidade escolar, mostrando-lhes o quanto eles são importantes na vida escolar de seus filhos.

Relação Escola x Comunidade

Para Libâneo¹⁴ a organização de atividades que asseguram a relação entre escola e comunidade, implica ações que envolvem a escola e suas relações externas, tais como os níveis superiores de gestão do sistema escolar, os pais, as organizações políticas e comunitárias, as cidades e os equipamentos urbanos. O objetivo dessas atividades é buscar as possibilidades de cooperação e de apoio, oferecidas pelas diferentes instituições, que contribuam para o aprimoramento do trabalho da escola, isto é, para as atividades de ensino e de educação dos alunos. Espera-se especialmente, que os pais atuem na gestão escolar mediante canais de participação bem definidos.

Assim, podemos inferir que a participação efetiva da comunidade na escola é uma responsabilidade da escola. Essa participação traz, sem dúvidas, inúmeras vantagens, porém reconhece-se que há inúmeros obstáculos em relação a tal participação. Mesmo assim, a escola não deve desistir, pois essa participação deve ser entendida como uma questão política, que auxilia na construção da cidadania. Um bom começo para efetivas mudanças no padrão de participação da comunidade é, por exemplo, um incentivo e a implantação dos conselhos escolares que devem atuar de maneira ativa e autônoma.

Pais e mães podem participar de várias formas no ambiente escolar e na própria educação dos filhos, basta que a escola ofereça opções e dedique um tempo para que isso aconteça. Claro que essa não é uma tarefa fácil, uma vez que os professores estão envolvidos emocionalmente com seus alunos e famílias. Famílias e escola têm a responsabilidade de educar as crianças, para isso precisam esta-

¹⁴ LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

tam os filhos como iguais, com todos respeitando os mesmos deveres e direitos, bem como partilhando responsabilidades cotidianas. Essa relação possibilitará o desenvolvimento de uma consciência social baseada na troca de experiências, sentimentos e emoções.

Os conflitos entre famílias e escolas podem advir das diferenças de classes sociais, valores, crenças, hábitos de interação e comunicação subjacentes aos modelos educativos. Tanto crianças como pai pode comportar-se segundo modelos que não são da escola. Isto pode não ser um problema para as famílias das camadas sócias mais altas, quem tem a possibilidade de escolher uma escola que se assemelhe ao seu próprio modelo. Esta não é a realidade para as classes trabalhadoras. Os modelos adotados pelas escolas dependem, em geral, da disposição das diretorias e de sua orientação.

A Participação dos Pais na Vida da Escola

Sabe-se que em geral, os pais poucas participações exercem na determinação do que acontece na escola. Algumas vezes teme-se a participação de certos pais que, sendo muito eloquentes e de temperamento forte, tentam impor sua vontade sobre procedimentos escolares e que muitas vezes funcionariam mais para “facilitar” sua própria vida, ou de seus filhos, do que para melhorar a qualidade do ensino, conforme percebido por gestores e professores. Em vista disso, muitas vezes, os dirigentes escolares não apenas deixam de ouvir os pais, como até evitam fazê-lo, e de dar espaço para a participação familiar. É possível que ajam dessa forma também por terem receio de perder espaço e autoridade.

Observando a escola, podemos perceber que a maioria dos pais por terem dificuldades em estarem frequentes na escola tem nos revelado não apenas uma carência, mas nos fez perceber que estamos no caminho certo ao realizar ações que despertem neles o entendimento da importância dessa participação. Porém não podemos deixar de registrar um imobilismo ou incapacidade da escola em elaborar ações que superem ou ajudam superar essas limitações, pois o que mais ouvimos a escola dizer que é muito difícil trazer os pais para a escola, isso tem caracterizado o desânimo e a falta de vontade em mudar situações.

Exemplificando esforços de mudanças dessa situação, decidimos assumir juntamente com os diretores a realização de trabalho para promover a superação dessas dificuldades, e tomamos a iniciativa de promover encontros, realizar reuniões e palestras com pais de alunos de nossas escolas, abrindo-se para apoiar as famílias como forma de promover a integração dos mesmos ao seu trabalho.

A participação dos pais na vida da escola tem sido observada em pesquisas, como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino, isto é aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escola.

VIOLÊNCIA

Violência Intraescolar

¹⁷As violações de direitos humanos são mais perceptíveis em escala macroscópica do que microscópica. A falta de vaga ou transporte escolar é mais perceptível do que o sutil tripé das violências da/na/contra a escola. Entretanto, essas violências, em parte encobertas pela lei do silêncio, contribuem para não efetivar o direito à

17 GOMES, C.A., ACIOLI, D., QUEZADA, M.T.P.; *Violação intraescolar de direitos humanos: jogo de espelhos. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 13, n. 39, p. 505-520, maio/ago. 2013.*

educação. Isso ocorre pela insegurança escolar, manifesta pelo mal-estar docente e discente, resultante das macro e microviolências entretidas na trama sutil de relações escolares e da cumplicidade entre adultos e alunos e entre alunos. Para uma parte, as violências deságuam no abandono da escola, no absentismo, no desinteresse e no baixo aproveitamento. Mas há um efeito menos ostensivo: o hábito de praticar e sofrer a violência, espelhando a paisagem da comunidade e da própria escola como instituição.

Alguns alunos se tornam oprimidos-opressores, tal como analisou Freire, reproduzindo o mundo à sua volta e com frequência ampliando as imagens espelhadas. Nesse jogo de imagens, a nova geração recebe e processa uma herança de violações de direitos humanos. Eis o que revelou uma pesquisa em escolas consideradas violentas, em meio social desfavorecido, ao se deter na tessitura das relações discentes, em que se detectaram novas relações entre “senhores” e “escravos”. Levantando apenas uma ponta do véu, há muito a investigar (e mesmo relatar a partir dos dados existentes), sobre a dura existência de adolescentes, em que faltam a esperança, os exemplos e os sonhos e projetos para superar a opressão. Nessa tessitura, não raro ignorada pelas “amplas” políticas públicas, semeia-se a negação dos direitos humanos, num processo em que a escola, embora não sendo essencialmente vilã, contribui para a germinação e a colheita da violência, seja pela impotência, pela ignorância ou pelo disfarce. Afinal, ela é historicamente uma instituição violenta.

Jovens e escola hoje

O individualismo, característico de jovens e das sociedades ocidentais, pode nascer com o ser humano e precisa ser trabalhado, em especial pela família e escola, para o convívio social. Por consequência da repressão de alguns instintos naturais em prol do convívio social, a náusea e a violência podem aparecer como efeitos decorrentes. Reconhecendo esse fato, Lipovetsky afirma que o individualismo contemporâneo permite às pessoas observarem e adorarem apenas aquilo que é fruto de si e para si, aumentando a exclusão social. Com isso, os problemas de relacionamento entre colegas multiplicam-se nas escolas, levando em consideração que as disputas de poderes entre os grupos de alunos podem gerar, inclusive, o ostracismo daqueles que não praticam as violências. Assim, excluir no ambiente escolar torna-se, em alguns momentos, fator ou efeito de muitas violências.

A violência como parte constitutiva do cenário escolar estimula os grupos de alunos a entrarem em confrontos constantes, em busca da dominação de territórios, dentro e fora do ambiente escolar. Os “senhores” e “escravos”, nos papéis de atores sociais, trocam de posição o tempo todo, em busca de maior poder. Pensando nos termos “senhor” e “escravo” sob a perspectiva hegeliana, o “senhor” parte como um forte opressor. Assim, os conceitos de poder e autoridade construídos por Weber, para quem a autoridade é legítima e o poder não o é, muitas vezes se percebem de maneira distorcida, mudando o comportamento dos estudantes.

¹⁸A Violência Escolar: Suas implicações no processo Ensino-Aprendizagem

A violência na escola associa-se a três dimensões sócio organizacionais distintas. Em primeiro lugar, à degradação no meio ambiente escolar, isto é, à grande dificuldade de gestão das escolas, resultando em estruturas deficientes. Em segundo, a uma violência

18 http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt7/GT7_2006_04.PDF

recrudescer as manifestações de violência no país. Entretanto, não se trata de um fenômeno circunscrito a fatores estruturais de ordem socioeconômica. Por isso, a violência deve ser entendida no âmbito cultural e psicossocial dos indivíduos, dos grupos e da sociedade.

Considerando que muitos atos de violência ocorrem dentro do ambiente escolar, o custo para as escolas é também significativo. Ademais, a violação dos direitos humanos nas escolas tem relação direta com o aumento da evasão escolar. Neste caso, os custos/consequências podem ser ainda maiores devido, por um lado, à perda da produtividade dos alunos-vítimas da violência e, por outro, ao comprometimento da formação cidadã das vítimas.

A externalização das causas da violência nas escolas é muito conveniente do ponto de vista político e institucional. Essa lógica permite retirar a responsabilidade de um sistema, ocultar sua função na produção da violência.

Ora, dois fenômenos estão em crescimento constante e desempenham um papel fundamental: a segregação escolar entre e no seio dos estabelecimentos e, a distância social e cultural entre os professores e os alunos de meios populares.

Por exemplo ao relacionar a violência a uma agressão física ou verbal, Guimarães *apud* Abramovay, no estudo de caso, em duas escolas de Campinas, encontrou que:

Todos os professores relacionavam a violência a uma agressão física ou verbal, mas para maioria deles, a escola não era violenta, pois as brigas, os roubos e os xingamentos eram “coisas deles”, “natural da idade”. As causas desse “problema disciplinar” estariam no ambiente familiar e na estrutura econômica. Todas as soluções mencionadas tinham por objetivo amenizar as manifestações de hostilidade entre os alunos para “melhorar” o comportamento deles ou adaptá-los às normas da escola.

Assim, cuidadosamente, uma escola em que admite mais situações de violência pode estar mais preparada para implementar programas preventivos, de controle e auto - avaliação sobre suas práticas do que uma escola que negue, pelo não-reconhecimento que há comportamentos violentos no seu ambiente. Pode-se, portanto, constatar que o impacto da violência nas escolas é muito mais amplo do que o raciocínio lógico sobre seus desdobramentos estruturais tangíveis e intangíveis.

Embora muitas das causas da violência estejam fora da escola, o seu reflexo no meio escolar representa ameaça a um dos pilares fundamentais da formação das crianças e dos jovens, qual seja, o sistema escolar. Neste sentido, a mobilização de toda a sociedade é de suma importância para a reversão deste quadro.

ÉTICA

A formação do professor é muito precária, sem dimensão ética no ato de desenvolver a prática pedagógica. Sendo que a mesma cumpre um papel indispensável na educação.¹⁹

O professor precisa levar em consideração dois aspectos fundamentais na pedagogia como método do ato de ensinar: a questão técnica e o ato político, são diferentes em si, mas articulados na prática pedagógica.

19 VASCONCELOS, E. D. de; Ética e Competência. Resenha do livro de RIOS, Terezinha. Ética e competência. São Paulo: Cortez, 2003.

Um terceiro aspecto que não pode ser desconsiderado refere-se à Ética que é o elemento mediador por meio da Filosofia desenvolve a prática problematizadora.

Terezinha destaca a necessidade de compreender de forma científica o mundo político, com a finalidade para intervir nas relações na sociedade com a perspectiva de mudar o próprio mundo político, visando o estabelecimento das relações justas.

Sua prática pedagógica destaca-se em uma educação essencialmente entendida na ação da Filosofia Política e da Ética, na busca da compreensão entre o conhecimento do senso comum e do saber científico, sendo que a Filosofia é o conhecimento do saber completo total dos objetos em estudos.

A realização de um saber construído socialmente, na perspectiva dialética do ser e dever ser, ou seja, do ideal de sociedade que deve ser construída. Portanto, a educação é uma ação de transformação, uma educação que não transforma não é educadora.

As relações estabelecidas do ponto de vista político são relações de poder, que estabelecem sujeitos distintos uns impondo sobre a vontade dos outros por meio do poder político.

A capacidade de modificar o comportamento um do outro do ponto de vista da política é diferente em relação à intervenção a natureza.

A educação é uma dimensão da práxis, entendida em diferentes componentes: econômico, a questão do trabalho, a produção da vida material, o político, o que rege as práticas institucionais do poder, e ético o que determinam os valores de tais práticas.

Para Rios a Filosofia da educação atua como instrumento de ajuda as práticas dos sujeitos da educação, na busca da superação das contradições, ligando as demais ciências na mesma prática na defesa do mecanismo da educação, no caminho do fazer educativo. Educam-se quando transformam.

Fazer educação no Brasil é antes de tudo compreender a realidade brasileira, sua organização no capitalismo entendendo os mecanismos contraditórios da própria realidade, no processo pedagógico.

Educação é um fenômeno da história política social dentro do contexto social da cultura produzida, sendo a transmissão da mesma pelo caminho da transformação do homem através do trabalho.

O mundo apresenta duas realidades, a que se refere ao mundo da natureza, que independe do homem, mais especificamente as leis naturais, a outra, a produção da cultura no mundo.

A cultura é uma construção do homem das necessidades da natureza humana, formulada pela linguagem. As diferenças do mundo natural com mundo artificial ou do mundo da formulação, sendo o que o último se realiza pelo ato da construção e da reconstrução.

Portanto, a cultura é algo inventado, quase sempre ideológica quando justificam fins discriminatórios, a cultura não é apenas o acúmulo dos processos de sínteses, o que se denomina de erudição, mas o resultado do trabalho humano, da ação do homem na transformação da natureza, nesse sentido que nasce o aspecto da ação política para transformação do mundo.

A cultura é transmitida por diversos meios entre eles a escola, o que foi acumulado pela sociedade, objetivo do saber científico, contra o saber ideológico e para formar pessoas como agentes da construção da sociedade, ação que necessariamente terá que ser política.

A escola tradicional tem como objetivo desenvolver uma educação que sustentam as relações sociais da produção, ou seja, na defesa ideológica do capitalismo, dividido em classes antagônicas: burguesia e o proletariado, sustentado pela principal contradição capital e trabalho.